

Economia

DÍVIDA EXTERNA

O ministro da Fazenda chegou ontem de Nova York com dois recados, como se verá abaixo: é preciso gastar menos e só com um acordo com o FMI o País poderá garantir seu crescimento econômico. Confira, na página 16, as soluções que o Brasil pode copiar da Inglaterra. E, na 17, entenda porque a comida continuará subindo muito este ano.

JORNAL DA TARDE

22 FEV 1988

Aviso de Mailson a prefeitos e governadores: parem de gastar.

Mas acrescenta que o corte dos gastos não será drástico



O déficit público poderá chegar a 6% do PIB em 88, se não forem contidas as pressões de Estados, municípios e empresas estatais por novos créditos, alertou ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao desembarcar em Brasília, de volta de uma viagem de uma semana aos Estados Unidos.

Mailson considerou muito positivos os contatos que manteve, em Washington e Nova York, com o secretário do Tesouro americano, James Baker, os dirigentes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e os presidentes dos maiores bancos credores do Brasil. O ministro da Fazenda disse que pretende fazer um trabalho de convencimento, junto ao governo e a sociedade, sobre a necessidade de que o Brasil normalize suas relações com a comunidade financeira internacional, particularmente com o FMI.

Nóbrega argumentou que, sem o fluxo de recursos que o FMI poderá liberar para o Brasil, não será possível manter as taxas de desenvolvimento exigidas pelo crescimento da população, e se disse disposto a tentar convencer o País disso. "Não será uma campanha organizada", ressaltou o ministro, "mas um trabalho permanente de governo, através da imprensa e de declarações oficiais". Mailson afirmou também ter certeza de que o FMI não vai exigir do País o mesmo nível de sacrifício imposto em 83, na primeira tentativa de ajuste causada pela crise da dívida externa.

Déficit público

O déficit público, por exemplo, não será drasticamente cortado de 5,4% para zero, disse o ministro. E não passam de "simples especulações", segundo Mailson, as notícias de que o governo poderia demitir funcionários e deixar de reajustar pela Unidade de Referência de Preços (URP) os salários dos servidores públicos. "As medidas de redução do déficit estão sendo cuidadosamente estudadas, e não serão divulgadas antes de discutidas com o presidente

da República e algumas lideranças do Congresso", garantiu o ministro.

A intenção, explica Mailson, é evitar que medidas tomadas "de sopetão" resultem em fracasso, e tenham de ser revistas em prazo curto. Todos os orçamentos do Estado estão sendo estudados — acrescentou ele —, o da União, das empresas estatais e da Previdência Social, "para evitar que as falhas inevitáveis num trabalho desse porte prejudiquem o todo".

O objetivo do governo é conseguir sinalizar à sociedade uma tendência de queda do déficit em 88, que deverá se consolidar em 89.

Mailson recusou-se entretanto a prever um número. "A experiência brasileira é de que as previsões de déficit potencial sempre se concretizam acima do previsto", justificou o ministro, rindo. Mas afirmou que o governo quer manter um déficit que possa ser financiado sem pressões sobre o mercado financeiro, a taxa de juros e a base monetária. Todo esse trabalho tem por finalidade segurar a inflação, que será "a que a gente conseguir".

Bancos

Mailson da Nóbrega não trouxe novidades sobre a renegociação da dívida, em relação ao que já havia falado nos Estados Unidos. Ele voltou a considerar particularmente importante o almoço de sexta-feira passada, com os presidentes dos maiores bancos credores, e previu que um entendimento inicial, sobre o volume de refinanciamento e os spreads do acordo de médio prazo que o Brasil está negociando, poderá ser atingido nos próximos dias.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, ficou em Nova York com sua equipe para prosseguir na negociação, e reuniu-se ontem mesmo com o comitê dos bancos, para discutir esses pontos. Os parâmetros continuam os mesmos: os bancos ofereceram US\$ 5 bilhões, a *spread* de 0,875, e o Brasil quer pelo menos US\$ 6,6 bilhões, a *spread* no mínimo iguais ao do recente acordo mexicano, de 0,8125. A dife-

rença de montante, explicou o ministro, decorre das estimativas das necessidades de novos recursos para a economia brasileira em 88, calculadas de maneira diferente pelo governo e pelos bancos.

"Nós queremos um montante confortável, mesmo no caso de fluxo zerado ou negativo com instituições oficiais", afirmou Mailson. "Os bancos privados, por outro lado, consideram que o fechamento de um acordo vai tornar o clima mais favorável aos negócios com o Brasil, e estimam uma necessidade menor de recursos deles. No fundo, o problema é esse."

Banco Mundial

O ministro da Fazenda previu que o Banco Mundial, por exemplo, vai continuar a receber do Brasil mais dinheiro do que deverá liberar em 88. "A diferença negativa deve ficar em torno de US\$ 200 milhões, informou Mailson, atribuindo o problema a "dificuldades burocráticas" na aprovação dos projetos apresentados pelo Brasil ao banco. No ano passado, esse fluxo negativo chegou a US\$ 665 milhões, e a previsão de desembolso total do Brasil para o Banco Mundial em 88, incluindo pagamentos de juros e principal, é de US\$ 1,8 bilhão.

Mailson da Nóbrega acertou também nesta viagem o cronograma de entendimentos com o Fundo Monetário Internacional. Uma missão brasileira vai a Washington no dia 29 próximo, para discutir política econômica com os técnicos do Fundo. Não será uma missão de negociação, segundo o ministro, e será formada por técnicos da Fazenda, Banco Central e Seplan.

No final de março virão ao Brasil os técnicos do FMI, para nova rodada de coleta de informações. Os meses de abril e maio serão reservados às negociações políticas, e em junho deverá ser fechado o acordo. Mailson garante que o programa a ser acertado com o Fundo não será imposto. "Será um programa criado, desenvolvido e implantado por nós mesmos, a partir de nossos estudos e necessidades", assegurou o ministro. **Armando Mendes, AE-BS**